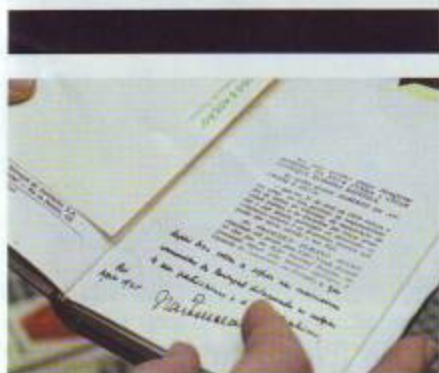


o Governo». As prioridades eram múltiplas: estruturá-la «a partir das bases», investir na «formação da juventude», criar um «núcleo doutrinário e disciplinado, para enfrentar o embate com as forças da oposição». Com a consciência que havia que «lutar contra o tempo, que cada vez era menos», «Essa era a minha angústia.»

Ao congresso seguiram-se as eleições para a Assembleia, em Outubro. Em 1969, a UN incluiu nomes muito diversos, que viriam a agrupar-se na «ala liberal», onde pontificaram Sá Carneiro, Miller Guerra, Pinto Balsemão. Ao todo, uma vintena de deputados, que, uma vez sem exemplo, agitaram a Assembleia, se bem que nunca tenham conseguido fazer vingar as suas posições. «Em 1973, não repeti os mesmos erros.» Disciplinador, dos deputados liberais, apenas dois foram reconduzidos: Correia da Cunha e Mota Amaral. «Marcello deu-me instruções para convidar Mota Amaral.» Desta vez, a oposição concorreu unida, mas desistiu à boca das urnas, por manifesta falta de condições e garantias. A ANP voltou a monopolizar a Assembleia. Líder do partido, Elmano Alves tornou a São Bento: de novo por Setúbal.



Marcello escreveu o meu epitáfio

CHEGADO ao Rio de Janeiro, após o golpe de 25 de Abril, Marcello Caetano escreveu de rajada as suas memórias de último presidente do Conselho do Estado Novo, a que deu o nome de **Depoimento**. Dedicou o livro a quatro amigos e colaboradores: Joaquim da Silva Cunha, o seu último ministro do Ultramar; César Moreira Baptista, titular do Interior; general Andrade e Silva, ministro do Exército; e Elmano Alves, presidente da ANP. Sobre este, escreveu Caetano na referida dedicatória: «Ao Francisco Elmano Alves, deportado sob prisão para Cabo Verde durante 54 dias por, na Acção Nacional Popular, ter procurado erguer uma barreira ideológica à expansão do comunismo em Portugal.» No exemplar autógrafa que ofereceu a Elmano, Caetano acrescentou pelo seu punho: «...e que depois disso voltou a sofrer, nas masmorras comunistas do Portugal dilacerado, as culpas de ser patriota e de ser idealista. Marcello Caetano, Rio, Agosto de 1975». Elmano Alves costuma comentar que esta dedicatória «é o meu epitáfio».

Na tarde de 25 de Abril, foi dos poucos deputados a comparecer em São Bento, mas não havia quórum. Depois do 1º de Maio, reuniu-se o que restava da direcção da ANP. «Foi no meu escritório, estavam aí umas seis pessoas. Acatámos o decreto de extinção da ANP e decidimos que cada um devia encaminhar-se para um partido viável», entre os muitos que nasciam.

A 7 de Maio, era já noite quando chegou a casa. Estivera no escritório, «provavelmente à volta do diário que então comecei a escrever», recorda. Na sala, aguardavam-no a mulher, os filhos, dois tenentes da Academia Militar, de camuflado, e um oficial da PSP. À voz de prisão, fez uma pequena mala com uma muda de roupa, «um livro de orações e as últimas cartas que tinha trocado com Raul Rêgo, por causa da censura. Quando alguns dos seus textos (no jornal «República») eram censurados, escrevia-me, a protestar».

Levado para o aeroporto militar de Figo Maduro, perguntaram-lhe se tinha alguma arma. «Respondi que sim: as armas do advogado são a inteligência e a palavra...» Passou a noite no quarto do oficial de dia, «de luz acesa e com um soldado de G3 à porta». Não dormiu nada. De madrugada, embarcou num avião, com destino ao Sal e, depois, a São Vicente. «Só dois dias depois é que disseram à minha mulher que eu tinha ido para o aeroporto.» Começou a indagar. No Ministério da Comunicação Social alguém lhe disse que «o marido já tinha sido fuzilado». «Ela ficou em estado de choque e passou a reclamar o meu corpo.»

Em Cabo Verde, ficou detido no quartel da Polícia Militar, no Monte Suspiro. Em Junho, a mulher fez-lhe companhia durante uma semana. «Nunca percebi porque fui preso. Não recebi uma nota de culpa, nem uma explicação formal. Será que eu era responsável pela política? Não era!»

Um dia, apareceu no quartel o comandante Sameiro, ajudante de campo do Presidente Spínola. «Vinha libertar-me e acompanhou-me até Lisboa.» Chegou a 29 de Junho. Pouco depois,

visitou Raul Rêgo no Palácio Foz, onde era ministro da Comunicação Social. A 18 de Julho, foi ao Palácio de Belém, para falar com o comandante Sameiro. Era o dia da tomada de posse do II Governo Provisório, chefiado por Vasco Gonçalves. Identificado de imediato pelos jornalistas, diz que se limitou a dizer: «Estou mudo, mas não mudo.» Pouco depois, e na sequência de uma greve na seguradora União, foi demitido de presidente, «mas com uma indemnização».

No dia 28 de Setembro de 1974 voltou a ser preso. O mandato de captura foi passado em nome do pai, falecido uns 15 anos antes e que vivia na Avenida 5 de Outubro. «Um comando militar arrombou a porta, à minha procura.» Esclarecido o engano, foram ao andar da Avenida de Roma. Como não estava, rumaram à velha casa de Alcochete. Debalde. Elmano Alves estava na sua herdade da Quinta da Sesmária, em Canha (Pegões), onde foi finalmente detido.

Enfiado num Volkswagen civil no meio de militares, fez a viagem até Lisboa «com uma pistola de guerra apontada à nuca». Em Caxias, já lá estavam outras figuras gradadas do regime: Moreira Baptista, Silva Cunha, Franco Nogueira, Kaúlza de Arriaga. «Nunca me interrogaram! Nem uma nota de culpa! Era isso que me desesperava. Eu queria ser julgado e defender-me.» Libertado no princípio de Julho de 1975, voou de imediato para o Brasil. Autorizado pelo Conselho da Revolução, chegou ao Rio de Janeiro «a 8 de Julho, feriado da Revolução constitucionalista». No aeroporto, abordado por um jornalista, despediu-se com um «boa noite e até breve». Fixou-se em São Paulo, trabalhando como advogado e no Banco Finasa de Investimentos. Até 1984.

A primeira vez que visitou Caetano, no Rio, apareceu de barbicha. «Ele comentou: 'Também você passou a usar bigode?'» Era uma alusão às barbas e aos bigodes tão em voga na revolução. «Respondi-lhe: 'Esta barba cresceu-me em Caxias e foi lá que ficou branca.' Ele encaixou e não disse mais nada.» Os dois voltaram a dar os seus passeios, agora na Avenida Atlântica. E nunca deixou de se corresponder com o amigo, cujas cartas guarda ciosamente.

Em Portugal, retomou a advocacia e a administração da casa agrícola de Canha. Ocupada e integrada numa Unidade Colectiva de Produção durante o PREC, viria a ser devolvida aos proprietários em Março de 1980. É lá que vive, numa casa igual às demais, de um só piso, durante metade da semana. São 250 hectares de pinhal, eucalipto e sobretudo vinha, que vende à Cooperativa de Pegões. Viúvo desde Março passado, ali guarda os seus papéis, fotografias e uma invejável biblioteca sobre o Estado Novo e a Revolução. Nunca mais voltou a pertencer a nenhuma formação política. «Mas voto sempre em quem considero mais competente.»

A última entrevista que deu foi em 1973, a um jornal de Angola. Extremamente discreto, a sua única intervenção pública, desde a segunda prisão, em 1975, foi num recente colóquio sobre os anos do marcelismo. Na calha, promete, estão as suas memórias. ■

O último presidente do partido único

Todas as ditaduras têm o seu partido único. O Estado Novo também: chamava-se União Nacional, que em 1970 mudou de nome para Acção Nacional Popular. A 25 de Abril, era dirigido por Elmano Alves

TEXTO DE JOSÉ PEDRO CASTANHEIRA FOTOGRAFIAS DE RUI OCHÔA

Sexta-feira era dia de despacho. Marcello Caetano, presidente da Comissão Central da Acção Nacional Popular (ANP), recebia em São Bento o presidente da Comissão Executiva, Elmano Alves. «Depois dos despachos dos ministros, era a vez da ANP. Muitas vezes, ao fim da tarde, íamos passear pelo jardim, para desintoxicar. Durante uma boa hora, descontraía e soltava-se em confidências», recorda Elmano. Foi nesses momentos que soube «das tentativas de contactar com os movimentos de libertação para pôr fim à guerra». Sem pormenores, fala de uma iniciativa «em Roma, com uma intervenção dos italianos». Ou das conversas «do Senghor com o Spínola», no Senegal, sobre a Guiné.

A última conversa terá sido na sexta-feira, 19 de Abril de 1974. Caetano parecia mais abatido que o costume, sem força anímica. «Esta-

va fisicamente em baixo e deprimido. Não era o homem a que me habituara.» Elmano jamais se esqueceu da exortação que lhe fez nesse fim de tarde, no jardim de São Bento: «É necessário defender o poder, desde que seja legítimo, até à última, e resistir até ao fim. Até os nossos adversários o fazem.» Como exemplo, mencionou Salvador Allende, morto de armas na mão no palácio presidencial durante o golpe de Pinochet, em Setembro. Caetano não gostou da sugestão nem do exemplo. «Fechou o rosto e acabou a conversa.»

Dois ou três dias antes do 25 de Abril, um amigo capitão miliciano foi despedir-se de Elmano: «Antecipara a partida para Moçambique. Explicou: 'Não quero entrar num complot para que fui convidado e que vai eclodir dentro de muito pouco tempo.'» A conversa decorreu na sede nacional da ANP, no Largo Trindade Coelho. Já tinha ocorrido o malogrado golpe das Caldas, de 16 de Março. Perante a informação do amigo capitão (que ainda

hoje se escusa a identificar), contactou o ministro do Interior, Moreira Baptista. «Falei através do telefone de Estado, com ligação directa aos gabinetes. Respondeu que estava tudo sob controlo.» Informação idêntica foi-lhe transmitida pelo próprio director da Direcção-Geral de Segurança (DGS, sucessora da PIDE), Silva Pais. Elmano diz que nunca colhia informações junto da DGS ou da Legião Portuguesa — «não queria misturas com eles». Desta vez, porém, havia que acautelar as coisas. Ficou mais sossegado.

Eram quatro horas da madrugada de 25 de Abril quando o telefone tocou em sua casa de Lisboa, na Avenida de Roma. Era o secretário-geral da ANP a dizer que fora detectada uma coluna de Cavalaria a sair de Santarém. «Pus-me em contacto com Vendas Novas, para verificar se havia algum movimento no quartel de Artilharia. Disseram-me que estava tudo calmo — era uma informação errada: tinham saído logo às primeiras horas da madrugada.» De manhã, tentou falar com Caetano para casa, mas ele já se refugiara no quartel do Carmo, onde viria a render-se, sem resistência. «Não mandou a GNR dar tiros. Se o fizesse, estou certo que aquela malta fugia como um bando de pardais.» Em vez disso, pediu para chamarem Spínola, a quem entregou o poder.

Na manhã de 26 de Abril, Elmano ainda foi à ANP. «Tomámos as nossas providências e destruímos parte do arquivo que não interessava, numa máquina de desfazer papel. Os livros de actas foram guardados no cofre. Fui o último a sair e fechei a porta à chave.» Uma centena de metros mais abaixo, uma multidão tinha invadido as instalações do jornal de extrema-direita «Época», bem como as da Censura. «Deitaram pela janela papéis, livros, mobiliário. E preparavam-se para fazer o mesmo com um sujeito baixo, de fato preto, que julgavam ser o director, Barradas de Oliveira. Até que foi detectado o engano: era o cobrador do jornal.» A multidão avançou depois sobre a ANP, mas «a tropa não deixou ninguém subir». Elmano dirigiu-se então ao Ministério do Interior, onde depositou a chave da sede do partido único do Estado Novo.

Francisco Elmano Martínez da Cruz Alves nasceu na freguesia de São Sebastião da Pedreira, em Lisboa, a 20 de Outubro de 1929. O pai, médico e parteiro, era de Alcochete e a mãe de Lisboa. O mais novo de uma ninhada de sete filhos, Elmano licenciou-se na Faculdade de Direito de Lisboa. Lá conheceu Marcello Caetano, professor de Direito Administrativo e o homem que mais marcou a sua vida política. «Foi um grande professor: exigente e didáctico, com um espírito lógico e formativo.»

No fim da II Guerra Mundial, já espigadote de 16 anos, Elmano entrou para a Mocidade Portuguesa (MP) — criada em 1936 como a «organização nacional e pré-militar» da juventude. Foi o início de uma colaboração que se prolongou por mais de vinte anos. O comissário nacional era Luís Pinto Coelho, futuro embaixador em Madrid. Da guerra civil de Espanha, apesar de garoto, recorda que na família se ouvia a

«No dia 26 de Abril fechei a porta da sede da ANP e entreguei a chave no Ministério do Interior»

Rádio Sevilha, a emissora nacionalista que relatava os feitos heróicos do general Moscardó.

Subiu todos os escalões da MP: chefe de quinta, comandante de castelo, comandante de bandeira, até alcançar o topo, inspector. Trabalhou nos serviços culturais, dirigidos por Baltazar Rebelo de Sousa. Ex-comissário da MP, Caetano já estava no Governo de Salazar, mas continuava a marcar profundamente a doutrina da organização juvenil do Estado Novo através do livro **A Missão dos Dirigentes**, de leitura obrigatória. Colaborou no «Jornal da MP» e na revista «Guião», que dirigiu durante mais de quatro anos.

À Mocidade seguiu-se a Liga dos Antigos Graduados da MP, um corpo de elite do regime e que agrupava muitos dos indefectíveis de Caetano. À beira dos 40 anos, ainda participou no primeiro curso de «Estudo e Acção», organizado pela Liga; no final, foram cumprimentar Salazar ao Forte de Santo António do Estoril, a residência de férias do ditador. Foi a 10 de Agosto de 1968 — já depois da queda da cadeira, mas antes ainda da cirurgia a que foi submetido. Cantaram, para deleite de Salazar, o famoso hino da MP: «Lá vamos, cantando e rindo, / Levados, levados, sim...»

Licenciou-se, tardiamente, em 1954. Dois anos depois, participou no II Congresso da MP e entrou nas fileiras dirigentes da União Nacional (UN) — o partido único do Estado Novo, criado em 1930. À Legião Portuguesa, porém, não pertenceu. «Nem gostava deles. Como se costumava dizer: 'Era demasiado militar para ser civil e demasiado civil para ser militar.'»

Foi pela mão de João Maria Ferreira do Amaral que integrou a comissão concelhia da UN de Alcochete. A ligação a Alcochete vinha-lhe pelo pai, mas também pela mulher, ambos nados na vila. Nessa época, as forças vivas do concelho batiam-se para que a fábrica da Siderurgia Nacional ficasse ali. Ferreira do Amaral era o influentíssimo director-geral dos Serviços Industriais, um dos teóricos da política de condicionamento industrial, mas a Siderurgia acabou por ir parar ao Seixal. «Foi uma grande bronca! Em protesto, demitiu-se toda a gente: a UN, a Câmara, a Misericórdia, a Junta de Freguesia.»

No rescaldo, Elmano substituiu Ferreira do Amaral à frente da UN local. «Fiquei entalado. Queriam que também ficasse presidente da Câmara, mas não aceitei. Fiquei vice-presidente, encarregue dos contactos com os ministérios.» Secretário do subsecretário de Estado da Educação Nacional Rebelo de Sousa, a classe dirigente era-lhe familiar. Em 1965, estreou-se como deputado, um dos quatro do distrito de Setúbal.

Em Agosto de 1968 deu-se a última remodelação do consulado de Salazar. Supício Pinto, presidente da Câmara Corporativa, «foi encarregue por Salazar de formar o novo gabinete». «O Supício chamou-me à sua casa de Cascais, para me dizer que o dr. Salazar estava preocupado com o aumento das despesas na saúde, devido à gestão do ministro Neto de Carvalho. E convidou-me para ministro. 'Tudo menos isso!' — respondi.» Elmano até «conhecia bem o sector»: fazia parte



ELMANO ALVES, DE 79 ANOS, NA SUA QUINTA DA SESMARIA, EM CANHA. DIRIGENTE DA MOÇIDADE PORTUGUESA E DA UIN/ANP, FOI DEPUTADO E MEMBRO DO GOVERNO DE SALAZAR E CAETANO. HÁ 35 ANOS QUE NÃO DAVA UMA ENTREVISTA

da Corporação da Assistência e presidia à Fundação João Gonçalves, em Alcochete, uma instituição privada da área da assistência.

«O que eu queria mesmo era continuar deputado. Mas não podia recusar totalmente o convite do Supico. Disse-lhe que só aceitava ser subsecretário, o último lugar do Governo.» Ficou a subsecretário de Estado da Juventude e Desportos, mas deixou de ser deputado. O ministro era o da Educação, José Hermano Saraiva.

Após a sondagem de Supico Pinto, coube a Salazar formalizar o convite. Convocou Elmano ao Forte de Santo António do Estoril. Foi uma longa conversa, a única que tiveram a sós. «Quis saber as razões pelas quais eu não tinha aceite ser ministro da Saúde. E comentou: 'É a primeira vez que convido uma personalidade para ministro e só aceita ser subsecretário. Normalmente, acontece o contrário'».

Dias depois da posse do novo gabinete, Salazar foi internado de urgência no Hospital da Cruz Vermelha. Com a situação clínica do ditador a agravar-se, os EUA fizeram saber que estavam dispostos a enviar o prof. Houston Merritt, um grande especialista, para o observar. «O Supico era o mais possível contra os americanos e disse logo: 'Nem pensar! O dr. Salazar nunca admitiria isso!'»

Só que o ditador estava cada vez pior. «Um dia, o Presidente Américo Thomaz chamou quantos estavam na Cruz Vermelha para um quarto ao lado»: o almirante Tenreiro, Supico Pinto, José Hermano Saraiva, Elmano Alves e mais alguns. Thomaz confirmou a oferta dos EUA, com que nem todos concordavam. «Eu era o puto mais ranhoso, o mais novo e o menos categorizado. Sublinhei que a vinda do prof. Merritt era a prova indelmentável de que o dr. Salazar estava vivo e que isso era muito importante para a opinião pública. O meu argumento foi aceite e Merritt lá veio.»

Com Salazar incapaz, foi substituído, em Setembro de 1968, por Marcello Caetano. Elmano Alves continuou no Governo. «Nunca consegui uma boa colaboração» com o ministro, José Hermano Saraiva. «Procurei reestruturar o sector da Juventude, Desporto e Saúde Escolar, e elaborei uma proposta sobre a Mocidade. O José Saraiva meteu-a na gaveta e não a entregou ao Marcello.» A MP, observa, «estava vazia de sentido político. Devia ser um movimento puramente voluntário e facultativo e estruturar-se como os demais movimentos de juventude».

Para as eleições de 1969, o rosto da UN foi o liberal Mello e Castro. «Resolveu fazer a remodelação das listas e a democracia de tipo europeu. Eu não era do grupo dele, de modo que sacudiu-me de deputado para refrescar a lista de Setúbal.» Para o lugar de Elmano entrou Olímpio Pereira, «um operário da CP do Barreiro, aliás bom homem».

Mello e Castro convidou gente muito variada para as listas. Incluindo Mário Soares, que recusou. «A ideia era alargar as correntes de opinião dentro da UN.» Soares tinha regressado de São Tomé, para onde fora deportado por Salazar. «Mário Soares nunca agradeceu a Mar-

«A única conversa com Salazar foi pouco antes de cair da cadeira. Quis saber porque recusei ser ministro da Saúde»

ELMANO ALVES (DE PÉ), DURANTE O I CONGRESSO DA ACÇÃO NACIONAL POPULAR, EM TOMAR, EM MAIO DE 1973. NA PÁGINA AO LADO (SEGUNDO DA ESQUERDA) COM A REDACÇÃO DA REVISTA «GUÍÃO», NO II CONGRESSO DA MOÇIDADE PORTUGUESA, EM 1956



cello o tê-lo reenviado para Lisboa.» As eleições viriam a ser denunciadas pelas várias oposições como mais uma farsa. A verdade é que a UN conquistou todos os lugares.

Hermano Saraiva foi substituído por Veiga Simão em Janeiro de 1970. Elmano caiu por arrastamento. «O Marcello perguntou-me para onde é que eu queria ir. Respondi que o lugar que mais ambicionava era o de dactilógrafo, com entrada às 9 e saída às 17... Voltei para a minha banca de advogado.»

A 21 de Fevereiro de 1970, o V Congresso da UN, no Estoril, decidiu a sua transformação em Acção Nacional Popular (ANP) — uma dança de nomes que também incluiria a PIDE e a Censura, que passaram a designar-se, respectivamente, DGS e Exame Prévio. Elmano interveio activamente no congresso. Recorda que defendeu que a ANP «não era um partido, na medida em que se destinava a apoiar o Governo», mas que devia ter «um funcionamento permanente e não apenas nos períodos eleitorais». Propôs ainda que «se estruturasse a partir das bases». «No fim do congresso, ao despedir-se, Marcello disse-me: 'Não esqueço os seus recados'».

O congresso elegeu Caetano para presidente da Comissão Central, enquanto Cotta Dias, o operacional, chefiava a Comissão Executiva. «Começaram então a atazanar-me para assumir a presidência da Comissão Distrital de Setúbal. 'Não me querem como deputado e vêm proporm-me que lidere o distrito?' — respondi.»

Meses depois, Alcochete comemorou o V Centenário do Rei D. Manuel. Elmano presidiu à comissão. As comemorações incluíram uma exposição sobre os mil anos da história de Alcochete, que o chefe do Governo percorreu numa visita à vila, em Junho. «Levou um banho de multidão impressionante.» Caetano aproveitou para insistir no convite para a ANP, que era quase uma ordem. «Fiquei entalado e tive de aceitar; não podia deixar de o ajudar.»

A ANP de Setúbal arrastava-se literalmente. «Havia cerca de cem fichas de filiados: muitos



nem pagavam quota e outros já tinham morrido.» A sede era num primeiro andar no Largo do Bocage. «Devia-se mais de um ano de renda, assim como o ordenado ao amanuense. Na primeira reunião, dividimos as dívidas por todos e cada um passou um cheque.» Seguiu-se a compra de uma impressora para a propaganda e uma grande campanha de filiação. Logo em Julho, realizou-se o I Plenário da ANP — precisamente em Setúbal, com 147 dirigentes. Plenário: uma palavra «com conotação contestatária que fomos buscar propositadamente à esquerda estudantil.» Ao II Plenário de Setúbal, em 1971, assistiu Caetano. «Já tínhamos cerca de dois mil dirigentes», conta Elmano.

Protector, Caetano nomeou-o então administrador por parte do Estado da Siderurgia Nacional. O despacho foi publicado no «Diário do Governo», em Novembro de 1971. Elmano recusou. «Tinha assumido, enquanto dirigente distrital, um compromisso de isenção em relação às grandes empresas de Setúbal», justifica. Após várias conversas, o despacho viria a ser anulado por um outro, que atribuía o primeiro a «um mero lapso dos serviços». Era a forma de ambos manterem a face... Aceitou, sim, a presidência da Companhia de Seguros União.

Da ANP de Setúbal saltou, com naturalidade, para a ANP nacional. Em Fevereiro de 1972 foi um dos promotores da I Conferência Anual da ANP, no Estoril. No Verão, Setúbal voltou a brilhar, com o seu III Plenário distrital.

Nesse ano, Américo Thomaz foi reeleito para um terceiro mandato presidencial. «Quase toda a gente entendia que não se devia pressio-

nar o senhor, que já tinha quase 80 anos, a fazer mais um. Mas a vontade do 'trio' foi mais forte.» «Trio» era como chamavam às três mulheres que constituíam a família mais chegada de Américo Thomaz: a esposa, Gertrudes, e as duas filhas, especialmente a mais nova, Natália.

Desde 1958 que as eleições haviam deixado de ser por sufrágio universal — para evitar um novo Humberto Delgado. O Presidente passara a ser eleito por um colégio eleitoral: deputados, procuradores à Câmara Corporativa, representantes dos municípios. Elmano foi um dos «grandes eleitores», por via da Câmara de Alcochete. «Houve 56 votos contrários», acentua, mais que uma vez. Mas à pergunta se votou contra, prefere responder que «o voto é secreto». Reconhece, porém, que Thomaz «não foi a melhor solução».

O candidato natural seria o próprio Caetano, que, contudo, se escusou a afastar Thomaz. «Era típico da sua maneira de ser. Fora Thomaz quem o convidara para presidente do Conselho, não lhe competia a ele afastá-lo. Foi um dos seus erros.» Outro não terá sido o prolongar da guerra em África? «É muito difícil a gente pronunciar-se. Houve várias tentativas de contacto e negociação com os movimentos terroristas, como na altura se chamava.» Outro erro foi o não ter afastado os generais Costa Gomes e Spínola. «Em vez de os ter demitido, pôs o poder nas suas mãos.» Uma decisão que nunca entendeu. Evoca, em contraposição, a forma como Salazar lidou, em 1961, com o golpe de Botelho Moniz — «resolveu a situação com um cartão de visitas» a demitir os revoltosos.

Em Agosto de 1972, a ida de Cotta Dias para

ministro da Economia deixou vaga a presidência da Comissão Executiva da ANP. Para o lugar, Caetano indicou Elmano Alves, que tomou posse a 27 de Setembro, em São Bento.

À frente da ANP, Elmano tentou imprimir a mesma dinâmica que testara em Setúbal. Lançou «O Guia do Dirigente Local», um manual de apoio aos dirigentes. Organizou a associação — que recusa chamar partido — em núcleos de oficina, fábrica, escola ou faculdade. Estabeleceu uma «filiação com carácter secreto», para proteger a organização e os seus filiados. Lançou cursos de formação política. «Caetano era o doutrinador, que nos fornecia constantemente materiais de reflexão.» Promoveu o levantamento dos problemas em cada distrito, para fazer «chegar ao conhecimento dos ministros».

1973 foi um ano eleitoral. Logo em Abril, teve de enfrentar o Congresso da Oposição Democrática, de Aveiro, «que foi muito forte e aguerrido, totalmente dominado pelo PC». A nível local, respondeu com o I Plenário do Distrito de Aveiro; a nível nacional, com o Congresso da ANP. Primeiro e único, realizou-se em Tomar, em Maio. «Foi o ponto mais alto da organização, que contava com 24 mil dirigentes e cerca de 130 mil filiados. Quando comecei, o número de filiados era pouco mais de metade...»

O congresso confirmou a direcção bicéfala: o doutrinador e líder Caetano; o operacional e executivo Elmano. A ANP, insiste, «não era um partido. Estatutariamente, era uma associação cívica. O seu objectivo não era mandar no Governo (ao contrário do que acontecera, por exemplo, no fascismo italiano), mas sim apoiar